

# A COMPLEXIDADE DA PERTENÇA

Carlos Leone

AMARTYA SEN

## Identidade e Violência

Trad. de Maria José  
de la Fuente  
Lisboa,  
Edições Tinta-da-China,  
2007, 254 páginas

Subintitulado «a ilusão do destino», este livro de Amartya Sen perfaz-se dos textos de conferências apresentadas recentemente, já depois dos atentados terroristas de Londres. E, apesar de se lhes referir, os problemas da violência, até mesmo os da identidade, não são os que movem a argumentação do livro. Em rigor, o que os associa é a crítica metodológica daquela «ilusão», isto é, a crítica epistemológica do determinismo em ciências sociais. A argumentação não é (nem pretende ser) particularmente original, mas está bem exposta e oferece aos leitores desafectos das áridas questões metodológicas uma lição útil, sempre necessária e clássica.

Resumindo, mas não simplificando, o argumento usado por Sen ao longo de todo o livro (por se tratar de uma série de conferências a repetição é de certo modo natural) compõe-se de dois passos: as pertenças a grupos não são exclusivas (somos simultaneamente portugueses, europeus, etc.); a pertença complexa significa que somos forçados a escolher que hierarquia de pertenças fazemos em cada situação concreta. Ambos os pontos são filosóficos e, por insistir mais em esclarecer o primeiro, o argumento do autor é sobretudo metodológico; mas nunca esquece a articulação com a dimensão ética da escolha, que

requer liberdade para ser feita. Não por acaso, algumas das melhores passagens do livro encontram-se justamente na defesa da liberdade de escolha(s) – é esta que dá sentido, é com ela que se cria sentido, para a vida de cada um e, por consequência, para a vida em comum.

Sem recuar demasiado, isto é, detendo-nos no limiar dos «clássicos» das ciências sociais, encontramos aqui uma versão coloquial da crítica de Max Weber à monocausalidade (e subsequente determinismo) do materialismo histórico e dialéctico. Sendo a realidade social por definição complexa e, como se constata, renovan-



do-se incessantemente, a possibilidade de a compreender (ou interpretar) mediante apenas um único nexos causa-efeito explicativo é improvável. As regularidades observáveis nas ciências naturais e exactas que por conveniência (e metáfora) denominamos «leis» não se encontram no mundo social. Neste, a complexidade dos processos a estudar (intencionalidade, mudança de comportamento ao longo do tempo, impossibilidade de determinar causas, etc.) obriga o investigador a desenvolver abordagens que correspondam a essa complexidade sempre em mutação e não a reproduzir métodos que pressupõem a estabilidade de relações entre termos bem determinados. Querer tudo reduzir a uma única causalidade (digamos, a ciência social à economia) empobrece o real e conduz a um determinismo em tudo contrário à pesquisa científica, pois privilegia um nexos social real (a economia) sobre todos os outros (igualmente reais).

*Mutatis mutandis*, pretender que a identidade (religiosa, comunitária ou outra) explique a vida individual e colectiva, podendo assim ser usada não só para o mal (violência sectária) mas também para o bem (as tentativas de combater o terrorismo apelando ao «Islão moderado», bem criticadas por Sen), são esforços fundamentalmente equívocos. Primeiro, por uma identidade nunca estar só: é-se sempre de um sexo, de uma religião, de uma cor, etc., etc.; e, além disso, pertence-se sempre a várias comunidades (religiosa, profissional, política, étnica, nacional, etc.). Tentar fazer afunilar tudo isto num só aspecto é uma tática interessante para extremistas, que assim podem mais facil-

mente fazer valer a sua oposição, elidindo toda a complexidade das vidas, pessoais e sociais. Pretender resgatar esse erro fazendo-o jogar a nosso favor é, ainda assim, insistir no erro, pelo que os seus resultados não são interessantes (muito relevantes, aqui, são as observações de Sen sobre a educação em Inglaterra). Bem mais apropriado será apostar na consciencialização (de novo a educação é aspecto crucial do argumento) das várias pertenças com que cada um de nós se identifica. Para tanto, a discussão da globalização e do multiculturalismo desempenha um papel decisivo na argumentação do autor.

#### **GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO**

A globalização, ou talvez mais exactamente, a retórica antiglobalização, interessa(m) a Amartya Sen, pois presta(m)-se a unilateralismos como os da pertença exclusiva: ora defendida como ocidentalização benigna do mundo, ora execrada como ocidentalização forçada, em ambos os casos se verifica a elisão da História e da eticidade. Tanto nas versões triunfantes, em que tudo o que o Ocidente cria é obra exclusivamente sua, como nas versões contestatárias, em que as culturas «locais» devem manter a sua alegada pureza face ao invasor ocidental, a História dos contactos interculturais é banida, ou simplesmente falseada. Este livro fornece amplo elenco em sentido oposto, aproveitando para isso o formato de exposição parcelar e conciso das palestras, praticado com o humor e precisão que, melhor que ninguém, os ingleses (Sen pode ser considerado um inglês naquele sentido em que o Pandita Nehru se dizia o último inglês a

governar a Índia). De igual modo, a eticidade dos valores que presidem à globalização das ideias, isto é, o facto de tais valores serem humanos (universalizáveis) e não especificamente regionais, não se confunde com a habitual redução à economia das vantagens e custos da globalização. A cultura, as culturas, não se esgotam em si mesmas nem vivem sem as suas congéneres, aí mesmo radica a sua valia para a humanidade. E, na boa linha da filosofia inglesa, a economia nunca anda longe nem se reduz a cálculos egoístas.

Isto mesmo leva o nosso autor a criticar o «monoculturalismo plural» que, sob a designação de «multiculturalismo» pretende dar como evidente, desejável e inalterável o carácter isolado, impositivo e exclusivista de cada cultura. É desde um ponto de vista não «ocidental» mas humano, ou seja, universal em vez de particularista, que Sen aponta a insustentabilidade de quem pretende defender culturas à custa da liberdade daqueles que as integram. Humanamente, forçar alguém a seguir determinada conduta não é defender uma cultura mas impor uma sujeição sem que (sequer) uma qualquer cultura dependa da privação da liberdade dos indivíduos para se sustentar. Ter a liberdade para manter práticas minoritárias não pode ser confundido com ser forçado a mantê-las, sob pena de preservar e coagir serem a mesma coisa, à custa da liberdade humana que supostamente se defende. Também isto, além de ética, é metodologia: a tolerância não pode ser repressiva, sob preço de deixar de ser tolerância<sup>1</sup>.

Como é inevitável num registo quase informal como é o deste livro (ainda que bem documentado), muitos dos termos usados são sumariamente expostos e, com isso, prestam-se a uma exposição fácil de seguir à custa de uma simplificação manifesta. «Tolerância» ou «ciência» poderia servir de exemplo, mas o uso de democracia entendida simplesmente como governação mediante discussão pública, obliterando por completo a diferença entre a democracia antiga e moderna (no âmbito do Ocidente) e a função crucial do primado da lei na sua definição actual, é, provavelmente, o caso mais gritante. Ao ler as observações de Sen sobre a democracia no Médio Oriente a partir de uma cidade no Irão, ocorreu-me uma conferência de Jack Goody há poucos anos, na qual o enlevo com a precedência da China sobre o Ocidente era de tal ordem que o eminente antropólogo chegou a defender seriamente que todos nós deveríamos adoptar, hoje, a escrita com caracteres chineses. Mas, se Amartya Sen em algumas páginas voga por estas águas, nem por isso este livro deixa de constituir um bom remédio para tal deriva.

(A propósito de afinidades: muitas das posições de Sen, aqui, estão próximas daquelas defendidas nos últimos anos por Francis Fukuyama, como nos casos da globalização e da construção de identidades nacionais, aspecto curioso que ainda não vi referido.)

Enquanto português, o leitor poderá não se sentir muito identificado com as referências sumárias e superficiais a Portugal e suas colónias, que, contudo, não diminuem o alcance da argumentação geral, apenas assinalam involuntariamente o

modo como os problemas de «autopercepção reactiva» (aqui, percepção reactiva) podem afectar mesmo um cientista social particularmente equilibrado, ao equiparar de forma irreflectida as realidades portuguesas com as de outros países europeus e, desse modo, estender essa equiparação à situação colonial. Pormenores, enfim. Um bom resumo, entre vários outros disponíveis no livro, encontra-se logo na p. 67: «Diz-se com frequência, não sem alguma razão, que é impossível raciocinar a partir do nada. Mas tal não implica que todas e quaisquer associações anteriores de uma pessoa tenham de permanecer incontestáveis, indiscutíveis e permanentes. A alternativa à tese da descoberta da identidade não é a da escolha efectuada a partir de uma posição *esvaziada* de qualquer identidade (como alguns polemistas

defensores da teoria comunitária parecem sugerir) mas a do prevalecimento da possibilidade de escolha, independentemente da posição mais ou menos *cheia* que se ocupe. A escolha não exige que se salte do nada para algum lado, mas pode levar a que nos movimentemos de um lado para o outro.» Não só pode, como frequentemente o faz. Quem não quiser pensar essa realidade deve evitar este livro, bem como as ciências sociais em geral («pensar dói», já dizia Simmel). Aqui, como é típico da obra de Amartya Sen, encontramos bem viva a experiência (biográfica, desde logo) e a meditação atenta do investigador, aliadas à facilidade de comunicação de um intelectual comprometido. Eventuais divergências de pormenor não são obstáculos, mas tópicos para novos debates em futuras leituras. **Rei**

## NOTA

<sup>1</sup> Para uma versão ainda mais *reader friendly*, ler *O Curioso Iluminismo do Professor Caritat* de Steven Lukes (trad. port. Gradiva, 1996).